



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE MANGUEIRA  
Rua José Quintino de Magalhães/Sn  
CEP: 58985-000  
CNPJ: 09.150.087/0001-58  
Gabinete da Prefeita

## DECRETO MUNICIPAL Nº 108/2025

**DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA E DECRETA ESTADO DE CALAMIDADE NAS ÁREAS CONTIDAS NO ANEXO - TODAS NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE SANTANA DE MANGUEIRA, EM DECORRÊNCIA DA ESTIAGEM E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.**

**A PREFEITA MUNICIPAL DE SANTANA DE MANGUEIRA**, no uso de suas atribuições legais, em especial o contido no art. 42, IV, c/c o art. 57, I, “o” ambos da Lei Orgânica do Município, bem como, o disposto no art. 2º, do Decreto Federal nº 1.080/94, com a redação dada pelo Decreto nº 4.980/2004,

**CONSIDERANDO** - Que a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a geração de despesas em todos os aspectos;

**CONSIDERANDO** – Que a população do Município de Santana de Mangueira é constituída, em sua quase totalidade, por trabalhadores e pequenos proprietários rurais, que têm na agricultura de subsistência o único meio de sobrevivência;

**CONSIDERANDO** – A perda parcial dos plantios e o forte clima de tensão e comoção social em que vive a população diante de tal fenômeno que tirou dos produtores rurais o ânimo para colheita e posterior plantio das culturas básicas;

**CONSIDERANDO** - Que gestor de órgão público, que a atual crise econômica que atravessa o Município, conclama a todos os cidadãos à união e ao somatório de esforços no sentido de minimizar os seus efeitos e de aproximar o momento de sua solução; de sobremaneira aos Gestores da Coisa Pública se impõe à adoção de medidas de austeridade e diminuição de despesas, visando à adequação e o ajuste à nova situação financeira do Município;

**CONSIDERANDO** - Ademais, essa mesma crise que afeta a todos tem gerado para o Poder Público demandas sociais de caráter emergencial e compensatório, para o atendimento das quais são necessários aportes significativos de recursos financeiros, fato esse que tem forçado aos seus administradores a um processo permanente da revisão de prioridades, objetivando atender da forma mais satisfatória possível aos munícipes, com a utilização dos poucos recursos financeiros de que dispõe o erário;



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE MANGUEIRA  
Rua José Quintino de Magalhães/Sn  
CEP: 58985-000  
CNPJ: 09.150.087/0001-58  
Gabinete da Prefeita

**CONSIDERANDO** – Que a Seca, na condição de desastre cíclico, contribui para intensificar a estagnação econômica e o nível de pobreza do semiárido nordestino e, conseqüentemente, os desequilíbrios inter-regionais e intra-regionais;

**CONSIDERANDO** – Que a estagnação econômica, o desemprego, a fome e a desesperança provocam convulsões sociais e geram os deslocados (retirantes da seca), que migram para outras regiões em busca de melhores condições de vida;  
**CONSIDERANDO** – Que o Município de Santana de Mangueira, por encontrar-se encravado na Região semiárida mais densamente povoada, cuja seca provoca migrações contribuindo para fixar grande contingente populacional, altamente vulnerável, em verdadeiros bolsões de pobreza na periferia da cidade;

**CONSIDERANDO** – Que a fixação dessa população vulnerável, em cenários de riscos intensificados de desastres naturais e humanos de natureza social, contribui para deteriorar os níveis de segurança coletiva da urbe de Santana de Mangueira, com agravamento não apenas do cenário da seca, mas do município como um todo, posto que mais de duas mil famílias estão sendo atingidas pelo fenômeno;

**CONSIDERANDO** – Que diante das circunstâncias que pode gerar problemas sociais graves e de caráter irreversível, o Poder Público necessita tomar medidas urgentes para amenizar o sofrimento doando cestas básicas e, por motivo da desnutrição por falta de alimentos, atendimento médico com doação de medicamentos à população carente, tanto na zona rural quanto urbana no município, comprometendo destarte, parte dos recursos públicos da edilidade;

**CONSIDERANDO** – que as medidas emergenciais tomadas pelo Governo Central não foram capazes de amenizar os reflexos sociais, posto que os atos e programas governamentais, afeiçoando-se como mero paliativo, mormente nesta época do ano em que o clima árido intensifica causando, desemprego, diáspora e outros efeitos do flagelo.

**CONSIDERANDO** – Que o enorme apelo de agricultores atingidos com o fenômeno em busca de soluções para manutenção da alimentação básica cotidiana de suas famílias, em face da perda de mais de 90% (noventa por cento) das culturas de milho e feijão.

**CONSIDERANDO** – A deliberação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, declinando a perda das culturas de milho e feijão, bem como, o baixo índice pluviométrico que secaram mananciais e trouxe como conseqüência falta de água em diversas comunas do município;



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE MANGUEIRA  
Rua José Quintino de Magalhães/Sn  
CEP: 58985-000  
CNPJ: 09.150.087/0001-58  
Gabinete da Prefeita

## RESOLVE

**Art. 1º** - Fica **DECLARADA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA** e via de consequência, **DECRETADO – ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA**, em áreas da **Zona Rural do Município de Santana de Mangueira, constante do anexo**, decorrente do desastre natural da SECA, que atingiu inúmeras famílias e está causando danos à comunidade agrícola, inclusive à incolumidade ou à vida dos produtores rurais.

**Art. 2º** - Fica convocada e autorizada a convocação de Voluntários, para reforçar as ações de resposta ao desastre, e a realização de campanhas de arrecadação de alimentos, junto à comunidade local, com objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pela Seca.

**Art. 3º** - De acordo com o inciso IV do art. 751 da Lei nº 14.133/2021, e considerando a urgência da situação vigente, ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação do cenário do desastre, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vetada a prorrogação dos contratos.

**Art. 4º** - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado e do Município, vigendo por 120 (cento e vinte) dias.

**Art. 5º** - Nos termos do art. 652 da Lei Complementar nº 101/2001, que seja enviada cópia ao Exmº Sr. Governador do Estado e Presidência da Assembléia Legislativa, para convalidação do presente Decreto, a fim de que o mesmo produza seus efeitos jurídicos externos, bem como, preste assistência aos atingidos pelo fenômeno através do programa “Carro Pipa”.

**Art. 6º** - Revogam-se as disposições em contrário. Santana de Mangueira, 19 de dezembro de 2025.

---

**Marina Donária Alvarenga de Lacerda**

**Prefeita Municipal**



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE MANGUEIRA**  
Rua José Quintino de Magalhães/Sn  
CEP: 58985-000  
CNPJ: 09.150.087/0001-58  
Gabinete da Prefeita

ANEXO	
ASSOCIAÇÕES / COMUNIDADES	
ÁGUA GRANDE	OLHO D'GUA
BAIXA DO JUÁ	SERROTE
BOA VISTA	MARINHO
CACIMBA DAS CABRAS	RIACHÃO
CANOA	SOSSEGO
CANOÍNHA	POÇO CACHORRO I
CARNAÚBA SECA	POÇO CACHORRO II
CIPÓ	UMBUZEIRO
CORUJAS	QUANDÚ
DIAMANTE	MANIÇOBA
FIGUEIRA	POÇO REDONDO
LAJES DE GIGUEIRA	SERRA VERMELHA
GAMELEIRA	MANDACARÚ
GENIPAPO	TALHADO
ICÓS	PAU FERRO
LAJES DE ICÓS	PICOS
MATA DOS BARBOSA	LOGRADOURO

1Lei 14.133/2021 Art. 75. É dispensável a licitação: VIII - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a reconstrução de empresa já contratada com base no disposto neste inciso;

---

**Marina Donária Alvarenga de Lacerda**

**Prefeita Municipal**